

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



Relatório do Conselho de Administração

**Senhores Acionistas,**  
A Sompo Seguros S.A., tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**I. PERFIL**

A Sompo Seguros é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 128 anos. No Brasil, a Sompo Seguros nasceu da integração das operações da Marítima Seguros, Seguradora fundada na cidade de Santos/SP em 1943, e da Yasuda Seguros, que está no Brasil desde 1959.

Presente em 32 países, o Grupo Sompo Holdings reúne 50 mil colaboradores empenhados em garantir que os mais de 20 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, o grupo conta com aproximadamente 1,9 mil colaboradores e filiais localizadas em todas as regiões para oferecer segurança, tranquilidade e bem estar. A Sompo Seguros S.A. destaca-se como uma das líderes do mercado na área de seguros patrimoniais juntamente com sua subsidiária integral, Sompo Saúde Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, riscos patrimoniais, vida, transporte, viagem e saúde.

A Seguradora possui um "mix" diversificado em sua carteira de produtos, que é originada, principalmente, através de seu principal canal de distribuição, no qual conta com cerca de 24 mil corretores. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, que concentram grande parte do PIB brasileiro, ou seja, região com maior potencial econômico para o mercado segurador.

**II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Os números do setor de seguros brasileiro apresentaram um crescimento no ano de 2017, superando a taxa de inflação.

Para continuar destacando-se nesse mercado cada dia mais competitivo, a Sompo Seguros S.A., orientada pelos direcionadores estratégicos da Sompo Holdings, revisou sua missão, visão, cultura organizacional e seus valores. Desta forma, a Seguradora perseguirá às seguintes prioridades estratégicas durante os próximos anos:

- Ser a Seguradora preferida na escolha dos clientes, com crescimento sustentável;
- Aumentar participação de mercado;
- Maximizar rentabilidade; e
- Se tornar uma das melhores empresas para se trabalhar.

Esses objetivos serão alcançados com o compromisso da Sompo Seguros S.A. em **gerar bem estar e prosperidade** oferecendo serviços de mais alta qualidade.

Ao criar um novo valor através da transformação digital em um "parque temático" para a segurança, a saúde e o bem-estar de clientes, Sompo Holdings em conjunto com a Sompo Seguros pretende ajudar a realizar uma sociedade resiliente e sustentável.

A Sompo Seguros S.A. respeita os padrões internacionais e código de conduta, aborda questões ambientais, mudanças climáticas, biodiversidade e questões sociais de direitos humanos de forma transparente.

A Sompo Seguros S.A. atua no mercado brasileiro promovendo a diversidade com o propósito de desenvolver um sistema de inclusão e bem-estar social.

**III. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Sompo Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das

seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, *compliance* e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; e (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando a tomada de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

**Ouidoria:** Com mais de 13 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender às reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando novos descordos.

**Código de ética:** O código de ética da Seguradora norteia suas atividades, cobrindo as práticas desleais e os abusos de poder nas relações de consumo, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém atividades direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

**Canal de denúncias:** Os canais de denúncia da Sompo Seguros S.A. têm como objetivo receber denúncias anônimas relacionadas a violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude e crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), *intranet* e *internet* ou por e-mail (*fraude@sompo.com.br*), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

**IV. DESEMPENHO ECONÔMICO**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a análise econômica no setor de seguros tem aspectos positivos como o aumento de 4,2% em termos de prêmios de seguros, apesar do cenário político e econômico ainda crítico.

Os prêmios de seguros da Seguradora no exercício de 2017 apresentaram aumento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2016, reflexo, principalmente, dos segmentos de automóvel, transportes, ramos elementares e viagem parcialmente compensado pela queda de receita do DPVAT e vida.

A seguir demonstramos os principais indicadores econômicos da Sompo Seguros:

Prêmios de seguros por segmento					
(Em R\$ milhões)	2017	%	2016	%	Variação %
Automóvel	1.043,4	37,3	989,5	37,3	5,2
RE massificados	763,2	27,3	754,5	28,4	1,2
Vida	194,1	6,9	233,0	8,8	(16,7)
RE corporativos	284,4	10,2	275,6	10,4	3,2
Transportes	336,2	12,0	254,6	9,6	32,1
Viagem	106,2	3,8	57,6	2,2	84,4
DPVAT	69,5	2,5	88,5	3,3	(21,5)
<b>Consolidado</b>	<b>2.797,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2.653,3</b>	<b>100,0</b>	<b>5,4</b>

**Balancos patrimoniais**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	2017	2016
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		2.284.423	2.229.102
Disponível		20.853	17.489
Caixas e bancos		20.853	17.489
<b>Aplicações</b>		619.296	618.189
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	5	961.133	964.050
Prêmios a receber		801.683	815.574
Operações com seguradoras		36.149	37.340
Operações com resseguradoras	7	61.069	57.378
Outros créditos operacionais		62.232	53.758
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	7	376.582	334.896
<b>Títulos e créditos a receber</b>		24.517	31.891
Títulos e créditos a receber		9.093	9.664
Créditos tributários e previdenciários	8	3.764	13.755
Outros créditos		11.660	8.472
<b>Outros valores e bens</b>		28.204	23.498
Bens à venda	9	25.378	20.965
Outros valores		2.826	2.533
<b>Despesas antecipadas</b>		10.178	7.696
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	10	243.660	231.383
<b>Ativo não circulante</b>		1.750.292	1.578.302
<b>Realizável a longo prazo</b>		1.133.207	1.024.695
<b>Aplicações</b>	5	791.592	666.595
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		185	65
Prêmios a receber	6	185	65
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	7	42.161	60.714
<b>Títulos e créditos a receber</b>		286.265	286.207
Créditos tributários e previdenciários	8	84.947	102.213
Depósitos judiciais e fiscais	11	201.318	183.990
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>		105	105
<b>Despesas antecipadas</b>		4.032	1.543
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	10	8.867	9.470
Seguros		8.867	9.470
<b>Investimentos</b>	12	191.049	201.292
Participações societárias		168.745	172.860
Ágio		22.032	28.160
Outros investimentos		272	272
<b>Imobilizado</b>	13.a	70.440	73.899
Imóveis de uso próprio		50.146	52.483
Bens móveis		14.024	17.356
Outras imobilizações		6.270	4.060
<b>Intangível</b>	13.b	355.596	278.416
Outros intangíveis		355.596	278.416
<b>Total do ativo</b>		<b>4.034.715</b>	<b>3.807.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2017	2016
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		2.459.925	2.291.696
<b>Contas a pagar</b>		144.429	137.900
Obrigações a pagar	14	63.600	60.960
Impostos e encargos sociais a recolher	15	61.238	59.010
Encargos trabalhistas	14	19.442	17.179
Outras contas a pagar	15	149	211
<b>Débito das operações com seguros e resseguros</b>		434.814	388.304
Prêmios a restituir		1.608	2.455
Operações com seguradoras		22.109	22.104
Operações com resseguradoras	17	255.521	210.331
Corretores de seguros e resseguros		155.267	153.050
Outros débitos operacionais		309	364
<b>Depósitos de terceiros</b>	18	27.753	21.726
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	16	1.852.929	1.743.766
Danos		1.742.579	1.644.179
Pessoas		99.151	87.444
Vida individual		11.199	12.143
<b>Passivo não circulante</b>		386.144	397.749
<b>Contas a pagar</b>		608	865
Obrigações a pagar	14	608	865
<b>Débitos das operações de seguros e resseguros</b>	17	875	2.520
Corretores de seguro e resseguro		875	2.520
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	16	239.462	250.968
Danos		214.364	226.056
Pessoas		23.039	21.983
Vida		2.059	2.929
<b>Outros débitos</b>	19	145.199	143.396
Provisões judiciais		145.199	143.396
<b>Patrimônio líquido</b>		1.188.646	1.117.959
Capital social	20.a	985.586	964.609
Custo de transação	20.c	(7.256)	(7.256)
Reservas de capital		14	14
Reservas de lucro		212.164	160.142
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.862)	1.038
(-) Ações em tesouraria		-	(588)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>4.034.715</b>	<b>3.807.404</b>

(Em milhares de reais)

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos líquidos	21.a	2.796.990	2.653.305
Varição das provisões técnicas	21.b	(26.298)	(263.370)
<b>Prêmios ganhos</b>	21.c	<b>2.770.692</b>	<b>2.389.935</b>
Receta com emissão de apólices	21.d	53.890	5.228
Sinistros ocorridos	21.e	(1.548.090)	(1.398.364)
Custo de aquisição	21.f	(647.771)	(531.136)
Outras receitas e despesas operacionais	21.g	(110.973)	(81.075)
Resultado com resseguro	21.h	(142.768)	(61.592)
Receta com resseguro		208.715	190.010
Despesa com resseguro		(351.483)	(251.602)
Despesas administrativas	21.i	(337.299)	(409.987)
Despesas com tributos	21.j	(88.003)	(52.641)
Resultado financeiro	21.k	179.658	202.373
Resultado patrimonial	21.l	(8.955)	2.340
<b>Resultado operacional</b>		<b>120.381</b>	<b>65.081</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes	21.m	2.047	919
<b>Resultado antes dos impostos e da participação</b>		<b>122.428</b>	<b>66.000</b>
Imposto de renda	22	(18.008)	(2.962)
Contribuição social	22	(12.222)	(1.241)
Participações sobre o resultado		(12.981)	(11.894)
<b>Lucro líquido no exercício</b>		<b>79.217</b>	<b>49.903</b>
<b>Quantidade de ações no exercício</b>		<b>106.795.047</b>	<b>104.914.102</b>
Quantidade de ações ordinárias (em R\$)		106.786.176	104.891.667
Quantidade de ações preferenciais (em R\$)		8.871	22.435

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>79.217</b>	<b>49.903</b>
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(5.234)	5.731
Imposto de renda e contribuição social	2.334	(2.526)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.900)</b>	<b>3.205</b>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>76.317</b>	<b>53.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
<b>Resultado do exercício</b>	<b>79.217</b>	<b>49.903</b>
Ajustes para:		
Depreciação	8.318	10.126
Amortização	(26.096)	37.678
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.517)	818
Resultado de equivalência patrimonial	4.096	(7.267)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(2.900)	3.205
Lucro líquido ajustado	<b>61.118</b>	<b>94.463</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(126.094)	(57.537)
Créditos das operações de seguro e resseguro	4.312	(292.429)
Ativos de resseguro	(23.133)	(184.585)
Títulos e créditos a receber	27.828	257
Outros valores e bens	(4.706)	(7.449)
Despesas antecipadas	(4.971)	18.493
Outros créditos operacionais	(3.188)	(4.366)
Custos de aquisição diferidos	(11.674)	(38.208)
Depósitos judiciais e fiscais	(17.328)	1.038
Obrigações a pagar	8.511	567
Encargos trabalhistas	1.723	3.774
Empréstimos e financiamentos	-	(57)
Impostos e encargos sociais a recolher	2.228	11.949
Outras contas a pagar	(62)	(544)
Débitos de operações com seguro e resseguro	44.865	148.649
Depósitos de terceiros	6.027	(1.931)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	97.657	384.206
Provisões judiciais	1.803	(14.794)
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	20	(52)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>64.937</b>	<b>61.444</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>64.937</b>	<b>61.444</b>

(Em milhares de reais)

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Custos de transação	Ações em Tesouraria	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	950.246	14	134.239	(2.167)	-	(7.256)	-	1.075.076
Aumento de capital portaria SUSEP Nº 018, de 28/06/2016	14.363	-	-	-	-	-	-	14.363
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.205	-	-	-	3.205
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(588)	-	(588)
Resultado Líquido no exercício	-	-	-	-	49.903	-	-	49.903
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	2.495	-	(2.495)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	23.408	-	(23.408)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(24.000)	-	-	-	(24.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>964.609</b>	<b>14</b>	<b>160.142</b>	<b>1.038</b>	<b>-</b>	<b>(7.256)</b>	<b>(588)</b>	<b>1.117.959</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>964.609</b>	<b>14</b>	<b>160.142</b>	<b>1.038</b> </				



continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

EMPRESA SUBSIDIÁRIA



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tabela de mortalidade, etc., sendo os Planos de Benefício I e II pelo método de Crédito Unitário Projetado e o Plano de Benefício III pelo método de Capitalização Integral, onde em ambos o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação menos o valor justo dos ativos do respectivo plano, nos moldes do CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. Os planos de benefícios mencionados acima estão demonstrados em nota explicativa 24. **ii. Benefícios de rescisão pós-emprego:** A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual se subordina, concede, por um período limitado de tempo após a rescisão do contrato de trabalho, benefícios de seguro saúde. Estes benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. **iii. Participação nos lucros e resultados (PLR):** A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição em função de um plano interno de participação nos lucros e resultados e respectiva concordância do sindicato dos seguritários, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. A definição das metas e os montantes de participação dos colaboradores nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Sompo que se reúnem anualmente com representantes da Diretoria da Seguradora e do sindicato dos seguritários. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a lei nº 13.169/2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/2015, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa 8.a). A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **n) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão ou um passivo somente quando existe uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgada segundo o CPC 25 as ações judiciais cuja probabilidade de perda seja considerada possível ou remota. As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados quando existentes. **o) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), pro-rata die de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNNG líquidos de CIC (vide nota explicativa k). O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguro crédito são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e COFINS sobre os sinistros avisados e ainda não pagos, são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea a constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo dessas contribuições quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa 8).

4. GESTÃO DE RISCO

A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição, e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. **a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequação as normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Tem o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de controles internos (no que tange a regulamentações, normas e políticas internas). Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Administração, a Seguradora tem o Comitê de Controle Interno como órgão de apoio vinculado à Diretoria Executiva, no âmbito da estrutura de governança corporativa. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e a disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética. **b) Risco operacional:** O gerenciamento do risco operacional é realizado pela área de gestão de riscos, compliance e controles internos visando a mitigação dos riscos de perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade são elaborados planos de ação específicos. Na mensuração qualitativa do risco operacional a Seguradora aplica a metodologia "Control Self Assessment", com intuito de avaliar aspectos relativos a controles, processos, riscos e cumprimento de objetivos, por meio de ciclos anuais. **c) Gestão de risco de seguro:** O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos junto aos segurados e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza estratégias de verificação de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguro com rating de crédito satisfatório, que indique probabilidade de ruína minimizada. Para a minimização da volatilidade do risco é efetuada a diversificação de risco, analisado o tipo do risco, observada a não concentração dos riscos nas diversas regiões e controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais seguimentos na gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma: (i) Automóvel: convencional, fracionado ou não, e supremo (para valores acima da média); (ii) Affinity: seguros simples e massificados; (iii) Transportes: nacional e internacional; (iv) Demais seguros de danos: massificados, especiais ou grandes riscos; e (v) Pessoas: vida individual e vida coletivo. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação dos limites de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

Segmentos	Parcela				Parcela			
	12/2017	12/2017	12/2017	12/2017	12/2016	12/2016	12/2016	12/2016
<b>Automóvel</b>	1.025.845	(7.646)	1.018.199	41,64%	1.008.615	(3.776)	1.004.839	41,84%
<b>Demais ramos elementares</b>	1.401.544	(339.147)	1.062.397	43,44%	1.273.655	(243.497)	1.030.158	42,89%
Patrimonial	838.149	(217.840)	620.309	25,37%	818.328	(150.543)	667.785	27,80%
Transportes	353.877	(55.458)	298.419	12,20%	224.221	(41.821)	182.400	7,59%
Rural	101.772	(14.317)	87.455	3,58%	80.326	(1.953)	78.373	3,24%
Responsabilidades	62.443	(5.208)	57.235	2,34%	59.147	(4.156)	54.991	2,29%
Outros	45.303	(46.324)	(1.021)	(0,04)%	91.633	(45.024)	46.609	1,95%
<b>Pessoas</b>	300.137	(4.690)	295.447	12,08%	279.479	(4.329)	275.150	11,46%
Pessoas coletivo	175.640	(3.430)	172.210	7,04%	200.227	(3.662)	196.565	8,19%
Pessoas individual	124.497	(1.260)	123.237	5,04%	79.252	(667)	78.585	3,27%
<b>Subtotal</b>	2.727.526	(351.483)	2.376.043	97,16%	2.561.749	(251.602)	2.310.147	96,19%
DPVAT	69.464	-	69.464	2,91%	91.556	-	91.556	3,81%
<b>Total</b>	2.796.990	(351.483)	2.445.507	100,00%	2.653.305	(251.602)	2.401.705	100,00%

**d) Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora:** A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora:

Segmentos	Piora de 15 p.p.s (valores reais)				Melhora de 5 p.p.s (valores reais)			
	2.770.692	2.770.692	2.770.692	2.770.692	2.770.692	2.770.692	2.770.692	2.770.692
Prêmios ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinistros ocorridos	(1.963.694)	(1.686.625)	(1.548.090)	(1.409.556)	(1.132.486)	-	-	-
<b>Índice de sinistralidade</b>	(70,87)%	(60,87)%	(55,87)%	(50,87)%	(40,87)%	-	-	-
Impacto bruto	(415.604)	(138.535)	-	138.535	415.604	-	-	-
Impacto líquido de impostos	(228.582)	(76.194)	-	76.194	228.582	-	-	-

Composição por segmento	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de aquisição		Sinistralidade		Comissionamento	
	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT
<b>Automóvel</b>	1.060.034	(731.423)	(217.329)	(69,00)%	(20,50)%					
<b>Demais ramos elementares</b>	1.414.496	(670.537)	(313.939)	(47,40)%	(22,19)%					
Patrimonial	817.320	(333.870)	(209.964)	(40,85)%	(25,69)%					
Transportes	313.523	(123.599)	(57.820)	(68,13)%	(18,44)%					
DPVAT	69.361	(56.534)	(821)	(81,51)%	(1,18)%					
Rural	94.431	(52.450)	(25.309)	(55,54)%	(26,80)%					
Responsabilidades	54.559	(16.574)	(16.614)	(23,33)%	(25,73)%					
Outros	55.302	2.657	(3.411)	4,80%	(6,17)%					
<b>Pessoas</b>	296.162	(146.130)	(116.503)	(49,34)%	(39,34)%					
Pessoas coletivo	175.280	(103.122)	(60.710)	(58,83)%	(34,64)%					
Pessoas individual	120.882	(43.008)	(55.793)	(35,58)%	(46,15)%					
<b>Total</b>	2.770.692	(1.548.090)	(647.771)	(55,87)%	(23,38)%					

**e) Gestão de riscos financeiros:** Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requisitos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **i. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para a gestão do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. Os recursos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

Caixa e equivalentes de caixa	Fluxo de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017					
	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>	445.314	-	-	-	1.922	-
Título de renda fixa público	-	-	-	-	1.922	-
Título de renda fixa privado	445.314	-	-	-	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	20.853	74.191	66.208	12.948	73.979	715.691
Título de renda fixa público	3.986	-	55.460	-	50.634	715.691
Título de renda fixa privado	16.649	74.191	10.748	12.948	23.345	-
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	925.701	85.244	3.735	827	150	961.318
Prêmios a receber de seguro - a decorrer	122.772	8.356	5.211	3.403	185	-
Prêmios a receber de seguro - decorridos	643.479	16.888	455	332	637	150
Operações com segurados	36.149	-	-	-	-	-
Operações com resseguradoras	61.069	-	-	-	-	-
Outros créditos operacionais	62.232	-	-	-	-	-
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	20.755	235.749	93.352	47.481	24.262	17.899
Títulos e créditos a receber	9.093	-	-	-	-	290.029
Outros créditos	11.660	-	-	-	-	11.660
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	201.318
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	88.711
<b>Outros valores e bens</b>	28.204	-	-	-	-	28.204
Bens à venda	25.378	-	-	-	-	25.378
Outros valores e bens	2.826	-	-	-	-	2.826
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	112.613	66.066	51.190	13.791	7.698	1.169
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>	105	-	-	-	-	105
<b>Total dos ativos financeiros</b>	1.574.178	401.250	216.416	77.955	108.683	734.909
<b>Provisões técnicas</b>	1.203.551	360.706	172.873	115.799	149.001	90.461
<b>Passivos financeiros</b>	466.448	100.167	11.227	2.945	875	172.016
Impostos e encargos sociais a recolher	61.238	-	-	-	-	61.238
Outras contas a pagar	64.357	-	-	-	-	64.357
Débitos das operações com seguros e resseguros	297.458	99.312	11.227	-	875	-
Encargos trabalhistas	19.442	-	-	-	-	26.817
Depósitos de terceiros	23.953	855	-	2.945	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	145.199
<b>Total dos passivos financeiros</b>	1.669.999	460.873	184.100	118.744	149.876	90.461

Embora haja um descaimento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda e tem liquidez imediata. **ii. Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como rating mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo, garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (é considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2017 distribuídos por rating de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Ativos financeiros/rating	Posição em 31 de Dezembro de 2017			
	AAA	AA	A	Sem rating
<b>A valor justo por meio do resultado</b>	233.015	158.634	55.587	-
Título de renda fixa público	922	-	-	1.922
Título de renda fixa privado	231.093	158.634	55.587	-
<b>Disponíveis para a venda</b>	825.771	126.489	11.392	-
Título de renda fixa público	825.771	-	-	-
Título de renda fixa privado	-	126.489	11.392	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-	-	20.853
<b>Prêmios a receber de segurados</b>	-	-	-	801.868
<b>Total do circulante e não circulante</b>	1.058.786	285.123	66.979	822.721

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (impaired) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

Posição em 31 de dezembro de 2017	Ativos não vencidos e não deteriorados		Ativos vencidos		Provisão para perda	Saldo contábil 30/12/2017
	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	acima de 1 ano		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	447.236	-	-	-	-	447.236
Título de renda fixa público	1.922	-	-	-	-	1.922
Título de renda fixa privado	445.314	-	-	-	-	445.314
<b>Disponíveis para a venda</b>	963.652	-	-	-	-	963.652
Título de renda fixa público	825.771	-	-	-	-	825.771
Título de renda fixa privado	137.881	-	-	-	-	137.881
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	717.955	70.076	19.076	1.749	3.677	801.868
Prêmios a receber de segurados	717.955	70.076	19.076	1.749	3.677	801.868
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	20.853	-	-	-	-	20.853
<b>Total do circulante e não circulante</b>	2.149.696	70.076	19.076	1.749	3.677	2.233.609

**Cessão de resseguro:** Para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há uma política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em ratings de agências externas, considerando "bbb+" como mínimo para cessão do risco. As resseguradoras que operam com a Seguradora passam por um processo de análise de risco de crédito com objetivo de garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito sejam alcançados. **Gerenciamento de risco de crédito:** A fim de diminuir o risco relacionado a recuperabilidade dos créditos da operação de resseguro, a Seguradora realiza um trabalho junto às resseguradoras para reduzir o aqing de recuperação. A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Seguradora, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contraparte. O ratings foi atribuído pela agência de classificação de risco Fitch:

Classe	Categoria de risco	
	2017	2016



SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

EMPRESA SUBSIDIÁRIA



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 8.a)  
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 8.b)  
Créditos de PIS e COFINS  
Imposto de renda e contribuição social a compensar  
Outros créditos tributários  
(-) Provisão para redução ao valor recuperável  
**Total do circulante e não circulante**  
(-) Tributos diferendos passivo  
(-) Provisão para IRPJ e CSLL  
**Total do circulante e não circulante**  
**Movimentação de créditos tributários e previdenciários**

	2017		2016	
	Saldo em 1º de janeiro/2016	Adição	Saldo em 31/12/2016	Adição
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.479	21.476	22.062	5.893
Créditos de PIS e COFINS	13.008	8.051	(3.342)	17.717
Créditos tributários de diferenças temporárias (*)	80.011	7.465	(14.736)	72.740
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	24.490	-	(348)	24.142
Outros	10.071	5.461	(5.662)	9.870
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.107)	-	-	(2.107)
Provisão para IRPJ e CSLL	-	-	-	(4.198)
(-) Tributos diferendos passivo	(14.134)	(9.862)	11.709	(12.287)
<b>Total</b>	<b>117.818</b>	<b>32.591</b>	<b>(34.441)</b>	<b>115.968</b>

(\*) A Sompo Seguros, em conformidade com CPC 4 e CPC 23 revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir o valor contábil justo destes ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora (vide nota explicativa 3h).

a) Créditos tributários de diferenças temporárias

Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	2017				Total
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 5% (*)	
Provisões fiscais	107.268	26.817	16.090	5.363	48.270
Provisões civis	8.827	2.207	1.324	150	3.681
Provisão para riscos sobre créditos	12.505	3.126	1.876	625	5.627
Provisão para valor recuperável de salvados	2.250	563	338	113	1.014
Provisões trabalhistas	6.292	1.573	944	185	2.702
Provisão para participação nos lucros	18.443	4.611	2.767	922	8.300
Provisão amortização de projetos	(46.293)	(11.573)	(6.944)	(316)	(18.833)
Outras provisões	2.065	516	310	103	929
Price purchase allocation (PPA)	6.259	1.565	939	313	2.817
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>117.616</b>	<b>29.405</b>	<b>17.644</b>	<b>7.458</b>	<b>54.507</b>

Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	2016				Total
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 5% (*)	
Provisões fiscais	104.393	26.098	15.659	5.219	46.976
Provisões civis	10.333	2.583	1.550	472	4.605
Provisão para riscos sobre depósitos judiciais	9.419	2.355	1.413	471	4.239
Provisão para riscos sobre créditos	13.771	3.443	2.066	688	6.197
Provisão para valor recuperável de salvados	2.224	556	334	111	1.001
Provisões trabalhistas	4.570	1.143	686	100	1.929
Provisão para participação nos lucros	10.661	2.665	1.599	532	4.796
Outras provisões	(574)	(143)	(86)	(30)	(259)
Price purchase allocation (PPA)	7.235	1.809	1.085	362	3.256
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>162.032</b>	<b>40.509</b>	<b>24.306</b>	<b>7.925</b>	<b>72.740</b>

(\*) A Seguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferendos e bases negativas da CSLL no ano de 2016 (R\$ 5.873), com efeito de adequação das contingências civis de R\$ 236 em 2017.

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Ano da constituição do crédito	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL	
	Base de cálculo	Crédito tributário sobre prejuízos fiscais	Base de cálculo	Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2009	45.819	11.455	36.012	7.202
2014	7.379	1.845	7.379	1.476
<b>Total</b>	<b>53.198</b>	<b>13.300</b>	<b>43.391</b>	<b>8.678</b>

Ano	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL		Saldo final do período
	Saldo	Reversões	Saldo	Reversões	
2017	13.300	(4.056)	8.678	(3.245)	21.978
2018	(4.776)	(4.468)	(3.821)	(1.612)	6.080
2019	-	-	-	-	-
2020	-	-	-	-	-

9. BENS À VENDA - (SALVADOS)

a) Composição do estoque

	2017		2016	
	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável
Automóvel	22.727	(1.770)	20.957	17.811
Responsabilidade civil facultativa	2.221	(112)	2.109	2.388
Demais ramos	2.680	(368)	2.312	2.990
<b>Total</b>	<b>27.628</b>	<b>(2.250)</b>	<b>25.378</b>	<b>23.189</b>

b) Aging de salvados

Aging de salvados	2017			2016		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	10.683	-	10.683	7.798	-	7.798
De 31 a 60 dias	4.438	-	4.438	2.927	-	2.927
De 61 a 180 dias	4.696	-	4.696	4.251	-	4.251
De 181 a 365 dias	1.827	(406)	1.421	3.013	(664)	2.349
Superior a 365 dias	5.984	(1.844)	4.140	5.200	(1.560)	3.640
<b>Total</b>	<b>27.628</b>	<b>(2.250)</b>	<b>25.378</b>	<b>23.189</b>	<b>(2.224)</b>	<b>20.965</b>

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Compreendem as comissões relativas a aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

	2017			2016		
	Saldo inicial	Constituição	Reversões	Saldo inicial	Constituição	Reversões
Automóvel	97.040	11.452	(18.028)	90.464	75.975	22.881
Demais ramos	14.071	4.669	(882)	17.858	14.240	1.567
Patrimonial	101.196	7.032	(7.396)	100.832	89.347	15.735
Pessoas	16.449	17.392	(11.341)	22.500	10.692	7.712
Responsabilidades	7.398	1.011	(1.673)	6.736	7.036	1.054
Transportes	4.699	10.625	(1.187)	14.137	5.356	2.202
<b>Total</b>	<b>240.853</b>	<b>52.181</b>	<b>(40.507)</b>	<b>252.527</b>	<b>202.646</b>	<b>51.151</b>

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Detalhamento de depósitos judiciais

	2017		2016	
	Fiscal	Trabalhista	Cíveis	Sinistros
Fiscal	178.663	159.947	2.314	2.695
Trabalhista	6.806	5.461	13.535	15.887
Cíveis	-	-	201.318	183.990
<b>Total</b>	<b>185.469</b>	<b>165.414</b>	<b>16.867</b>	<b>182.572</b>

12. INVESTIMENTOS

Refere-se à participação detida no capital das controladas Sompo Saúde Seguros S.A. e Vistomar Serviços de Vitoria Ltda. Em 2017, o saldo de investimento em controladas é de R\$ 168.745.

Informações sobre a controlada	2017		2016	
	Vistomar	Saúde	Vistomar	Saúde
Total de ativos	1.722	325.112	1.821	321.214
Total de passivos	110	157.979	161	149.848
Patrimônio líquido	1.612	167.133	1.660	171.366
Capital social	4	94.608	4	94.608
Resultado do exercício	118	(4.213)	248	7.044

d) Desenvolvimento de sinistros

Valores em milhares

Ano de ocorrência	2017		2016	
	Bruto do efeito de resseguro administrativo	Incurred mais IBNR	Bruto do efeito de ocorrência	Incurred mais IBNR
No final do ano de ocorrência	546.647	580.882	611.862	798.586
Após um ano	556.470	578.070	644.789	766.081
Após dois anos	560.223	580.485	638.553	751.973
Após três anos	560.063	579.444	635.915	751.469
Após quatro anos	559.422	578.507	636.702	752.017
Após cinco anos	559.427	578.174	637.082	751.740
Após seis anos	559.506	578.187	636.811	752.072
Após sete anos	559.704	577.710	638.511	-
Após oito anos	559.421	577.745	-	-
Após nove anos	559.421	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2017</b>	<b>559.421</b>	<b>577.745</b>	<b>638.511</b>	<b>752.072</b>

Reconciliação com o balanço patrimonial

Provisão referente a períodos anteriores

Saldo reconhecido no balanço patrimonial	2017		2016	
	Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)
	(189.955)	(18.882)	3.668	205.938

Valores em milhares

Bruto do efeito de resseguro judicial

Ano de ocorrência	2017		2016	
	Bruto do efeito de resseguro judicial	Incurred mais IBNR	Bruto do efeito de ocorrência	Incurred mais IBNR
No final do ano de ocorrência	263	745	992	1.344
Após um ano	3.267	6.823	7.475	12.356
Após dois anos	7.770	13.143	14.042	21.529
Após três anos	15.523	17.793	16.861	24.653
Após quatro anos	22.813	20.819	19.022	29.328
Após cinco anos	30.151	23.565	20.873	30.109
Após seis anos	31.548	24.411	23.558	28.722
Após sete anos	36.294	23.589	22.086	-
Após oito anos	37.601	21.522	-	-
Após nove anos	35.402	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2017</b>	<b>35.402</b>	<b>21.522</b>	<b>22.086</b>	<b>28.722</b>

Reconciliação com o balanço patrimonial

Provisão referente a períodos anteriores

Saldo reconhecido no balanço patrimonial	2017		2016	
	Subtotal diferença	Salvado estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)
	(81.129)	-	-	-

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizados

	Movimentação				Saldo em 2017	Saldo			Taxas de depreciação (%)
	2016	Aquisições	Depreciação	Transferências		2017	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	
Imóveis de uso próprio	44.226	-	(2.335)	-	41.891	76.526	(34.635)	41.891	2,5% a 6,7%
Terrenos	8.255	-	-	-	8.255	8.255	-	8.255	-
Equipamentos	7.510	1.048	(2.463)	-	6.095	23.371	(17.276)	6.095	20%
Veículos	4.571	585	(1.038)	(2.441)	1.677	3.178	(1.501)	1.677	20%
Móveis, máquinas e utensílios	2.590	2.224	(673)	(78)	4.063	16.786	(12.723)	4.063	10%
Instalação	2.252	23	(1.017)	-	1.258	14.903	(13.645)	1.258	10%
Imobilizações em curso	1.809	3.246	(43)	-	5.012	5.066	(54)	5.012	-
Sistemas aplicativos	1.694	-	(566)	(59)	1.069	21.137	(20.068)	1.069	20%
Refrigeração	863	186	(143)	-	906	1.609	(703)	906	10%
Telecomunicações	129	125	(40)	-	214	2.141	(1.927)	214	20%
<b>Total</b>	<b>73.899</b>	<b>7.437</b>	<b>(8.318)</b>	<b>(59)</b>	<b>70.440</b>	<b>172.972</b>	<b>(102.532)</b>	<b>70.440</b>	

b) Intangível

	Movimentação				Saldo em 2017	Saldo			Taxas de amortização (**)
	2016	Aquisições	Amortização	Transferências		2017	Custo de aquisição	Amortização acumulada	
Sistemas de computação (*)	82.222	1.073	29.962	19.018	132.275	197.433	(65.158)	132.275	4% a 20% a.a
Ágio	124.010	-	-	-	124.010	124.010	-	124.010	-
Outros intangíveis (***)	57.998	49.985	(1.575)	(18.992)	87.416	83.612	(3.804)		







**SOMPO SEGUROS S.A.**

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



**SOMPO SEGUROS**



EMPRESA SUBSIDIÁRIA

Sampo Japan Nipponkoa

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**22. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Resultado antes dos impostos e participações**

Juros sobre o capital próprio  
Participações sobre o resultado

**Resultado tributável**

**Ajustes temporários**

Provisões judiciais  
Provisões para devedores duvidosos  
Provisões com funcionários  
Provisão de amortização de projetos (\*)  
Outros ajustes temporários

**Ajustes permanentes**

Ajustes de equivalência patrimonial  
Outros ajustes permanentes

**Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social**

**(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL**

**Base de cálculo após compensação**

Imposto de renda e contribuição social  
Complemento do imposto de renda e contribuição social  
Incentivo fiscal  
Créditos tributários sobre diferenças temporárias  
Outros ajustes

**Total de imposto de renda e contribuição social**

2017		2016	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
122.428	122.428	66.000	66.000
(26.297)	(26.297)	(24.000)	(24.000)
(12.981)	(12.981)	(11.894)	(11.894)
<b>83.150</b>	<b>83.150</b>	<b>30.106</b>	<b>30.106</b>
<b>(43.439)</b>	<b>(43.439)</b>	<b>(18.732)</b>	<b>(18.732)</b>
1.370	1.370	(10.914)	(10.914)
(3.346)	(3.346)	(7.311)	(7.311)
(428)	(428)	740	740
(46.293)	(46.293)	-	-
5.258	5.258	(1.247)	(1.247)
<b>(26.122)</b>	<b>(26.122)</b>	<b>(8.800)</b>	<b>(8.800)</b>
(4.096)	(4.096)	(7.267)	(7.267)
<b>(22.026)</b>	<b>(22.026)</b>	<b>(1.533)</b>	<b>(1.533)</b>
<b>13.589</b>	<b>13.589</b>	<b>2.574</b>	<b>2.574</b>
(4.076)	(4.076)	(772)	(772)
<b>9.513</b>	<b>9.513</b>	<b>1.802</b>	<b>1.802</b>
(2.354)	(1.902)	(427)	(361)
(1.019)	(816)	(193)	(154)
57	-	11	-
(10.860)	(6.934)	(4.683)	(2.608)
(3.832)	(2.570)	2.330	1.882
<b>(18.008)</b>	<b>(12.222)</b>	<b>(2.962)</b>	<b>(1.241)</b>
(16,45)%	(11,17)%	(5,47)%	(2,29)%

(\*) A Sampo Seguros, em conformidade com CPC 4 e CPC 23 revisou de forma prospectiva as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" de forma a refletir o valor contábil justo destes ativos que baseado em laudo técnico de consultoria especializada, gerou uma reversão total bruta de R\$ 53,2 milhões de amortização no resultado da Seguradora (vide nota explicativa 3h).

**23. PARTES RELACIONADAS**

Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: **a) Sampo Saúde Seguros S.A. (controlada):** i. A Seguradora compartilha com sua controlada certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram em 2017 R\$ 11.298 (R\$ 13.278 em 2016). **ii.** Os funcionários da Seguradora contam com seguro saúde contratado junto à sua controlada, cujos custos são assumidos pela Seguradora. O total de prêmios em 2017 foi de R\$ 20.255 (R\$ 12.506 em 2016). **iii.** Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto a Seguradora. O total de prêmios durante 2017 somaram R\$ 25 (R\$ 28 em 2016). **iv.** Adicionalmente a Sampo Seguros

detêm despesas compartilhadas com a Sampo Holdings de componentes da estrutura administrativa e operacional, bem como contratos de resseguro facultativo. **b) Outras partes relacionadas:** i. Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

**Partes relacionadas**

**Ativo**

**Controlada**

**Sampo Saúde Seguros S.A.**

Reembolso de despesa administrativa a receber

**Total do ativo**

**Passivo**

**Controlada**

**Sampo Saúde Seguros S.A.**

Transferência de funcionários

**Vistomar Serviço de Vistoria Ltda.**

Serviço de vistoria

**Total do passivo**

Receitas		Despesas	
Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
<b>11.323</b>	<b>13.306</b>	<b>(20.255)</b>	<b>(12.506)</b>
11.298	13.278	-	-
-	-	(20.255)	(12.506)
25	28	-	-
-	-	<b>(1.003)</b>	<b>(904)</b>
-	-	(1.003)	(904)
<b>11.323</b>	<b>13.306</b>	<b>(21.258)</b>	<b>(13.410)</b>

**24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O quadro abaixo refere-se aos planos de aposentadoria que a Seguradora oferece aos seus funcionários, ex-funcionários e respectivos beneficiários (vide nota explicativa 3l.i.).

2017				
Obrigações atuariais	Valor justo	ativos	Ativo/passivo atuarial líquido	Receitas/ despesas
Plano I	21.251	24.891	-	-
Plano II	2.089	14.742	(3.044)	(341)
Plano III	43.557	41.721	1.836	-
<b>Saldo Final</b>	<b>66.897</b>	<b>81.354</b>	<b>(1.208)</b>	<b>(341)</b>
2016				
Obrigações atuariais	Valor justo	ativos	Ativo/passivo atuarial líquido	Receitas/despesas
Plano I	21.274	24.581	-	-
Plano II	2.221	13.321	(3.044)	(1.109)
Plano III	39.058	39.728	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>62.553</b>	<b>77.630</b>	<b>(3.044)</b>	<b>(1.109)</b>

**Conselho de Administração**

Shigeru Ehara - Presidente

Hiroaki Kawabe - Vice-Presidente

Atsushi Yasuda  
Francisco Caiuby Vidigal Filho  
Arlindo da Conceição Simões Filho  
Jaime Francisco Paredes Garcia

**Diretoria**

Atsushi Yasuda - Diretor Executivo  
Sven Robert Will - Diretor Executivo

Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor-Presidente

Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo  
Fernando Antônio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo

**Contador**

Ivan Fernando dos Santos  
CRC SP269845/O-8

**Atuário**

Duarte Marinho Vieira  
MIBA 1112

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da

**Sampo Seguros S.A.** - São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Sampo Seguros S.A. (doravante referida também como "Companhia" ou "Seguradora") instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de: zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (*compliance*), (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, *compliance* e de gerenciamento de riscos (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que são aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações

do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê manteve reuniões com os responsáveis por algumas das áreas de negócios, pela contabilidade e controladoria, pela áreas responsáveis por controles internos, *compliance* e gestão de riscos, pela segurança da informação, com os auditores independentes e com os auditores internos. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou e aprovou os planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de comentar e apresentar sugestões sobre assuntos identificados no âmbito de suas atribuições. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. Nesse processo, o Comitê identificou os seguintes assuntos que devem ser levados em consideração na leitura, interpretação, análise e comparabilidade das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017: (a) Conforme divulgado no Relatório da Administração e nas notas explicativas 19(a) e 21 às demonstrações financeiras, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, antes de impostos e participações, está reduzido pelos encargos advindos da deliberação da Companhia de efetuar, neste exercício, o recolhimento da Cofins e das contribuições ao PIS, incidentes sobre a parcela das receitas oriundas das aplicações financeiras vinculadas em garantia de provisões técnicas dos anos de 2013 a 2016. O valor total dos recolhimentos efetuados, incluindo encargos moratórios, atingiu R\$ 25,2 milhões. A Companhia continua questionando a legalidade da exigência legal de inclusão dessas receitas na base de cálculo dessas contribuições. Até o exercício de 2016, baseada na opinião de seus assessores jurídicos em relação ao desfecho final esperado das ações judiciais em curso, a Companhia não recolhia nem provisionava essas valores. (b) Conforme divulgado nas notas explicativas 3(k) i., 3(o) e 21 às demonstrações financeiras, neste exercício a Companhia decidiu fazer uso da opção de deduzir dos prêmios diferidos através da constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) uma parcela destinada a fazer face aos custos iniciais de contratação. Em função dessa prática, adotada de forma prospectiva para todas as apólices dos seguros de automóveis, vida, transportes e patrimoniais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2017, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro

de 2017, antes de impostos e participações, foi aumentado em R\$ 47,7 milhões, e R\$ 26,2 milhões após os efeitos tributários. Esse valor reduziu o saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos em 31 de dezembro de 2017 apresentada no balanço patrimonial e aumentou a rubrica Receita de Emissão de Apólices, apresentada na Demonstração do Resultado. De acordo com informações recebidas da Administração essa prática foi descontinuada para todas as apólices emitidas a partir de 1º de janeiro de 2018 em cumprimento as orientações divulgadas ao mercado pela SUSEP. (c) Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3(h) e 13(b) em novembro de 2017 a Administração decidiu reavaliar a vida útil dos seus ativos intangíveis. A avaliação, elaborada por peritos avaliadores independentes, concluiu que os benefícios futuros desses intangíveis serão usufruídos pela Companhia por prazos substancialmente maiores do que aqueles anteriormente estimados e que eram levados em consideração nos cálculos do valor anual das despesas de amortização. Com base no laudo de avaliação emitido, a Administração recalculou, de forma retroativa, a amortização acumulada desses intangíveis, o que gerou um aumento no valor residual contábil desses ativos no montante de R\$ 53,2 milhões registrado integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os auditores independentes entendem que os ajustes resultantes não foram registrados nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 23 e, em decorrência, o resultado do exercício de 2017 está sendo apresentado a maior em R\$ 27 milhões, já líquidos dos efeitos tributários. Os auditores independentes emitiram um relatório de auditoria com ressalva em relação a esse assunto. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. No período abrangido por esse relatório, o Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

26 de fevereiro de 2018			
José Rubens Alonso Coordenador do Comitê de Auditoria			
Membros do Comitê de Auditoria	Moisés Leme	Leopoldo Guimarães Barros	Manfred Kautz
		Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

**Sampo Seguros S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sampo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sampo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3h e 13b, a administração decidiu reavaliar a vida útil dos ativos intangíveis anteriormente praticada, registrando os efeitos dessa mudança diretamente ao resultado no valor de aproximadamente R\$ 31.916 mil, líquidos dos efeitos tributários. Observamos que a referida mudança não foi aplicada de acordo ao previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, no que refere-se a divulgação das demonstrações financeiras, bem como registrar a correção do ativo, com os devidos impactos em conta de patrimônio líquido e resultado. Nesse contexto, o resultado do exercício está a maior em R\$ 27.322 mil, líquidos dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão

com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz  
Contadora CRC-15P198827/O-3

**Parecer do Atuário Auditor Independente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Aos Acionistas e Administradores da Sampo Seguros S.A.

**São Paulo - SP - CNPJ: 61.383.493/0001-80**

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sampo Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa

responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros Assuntos:** No contexto de

nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências materiais, justificadas pela Seguradora, na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Todavia, essas divergências já são de ciência da Seguradora, a qual já está tomando providências para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

**EY Serviços Atuariais S.S.**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

Ricardo Pacheco  
MIBA 2.679